

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Teste de fogo

A relação entre Planalto e Congresso pode ter um novo capítulo hoje, com a possível apreciação de vetos presidenciais. O projeto que restringe as saídas de presos, parcialmente vetado por Lula, tem chance de ir a plenário. A ver.

Rachados

O racha entre os sindicatos de servidores federais da educação ficou evidente ontem, após o ultimato anunciado pelo governo federal na semana passada. A entidade que representa docentes de institutos federais assinou o acordo que prevê recomposição gradual dos salários, mas o sindicato ligado aos professores de universidades rejeitou a proposta do Ministério da Gestão e da Inovação.

Perdas e danos

A greve na educação superior já superou os 40 dias. A divisão entre os grevistas comprova o dilema que se instalou entre os servidores da educação. Enquanto muitos se ressentem com o governo Lula, outros alegam que, na administração anterior, nem seque havia diálogo.

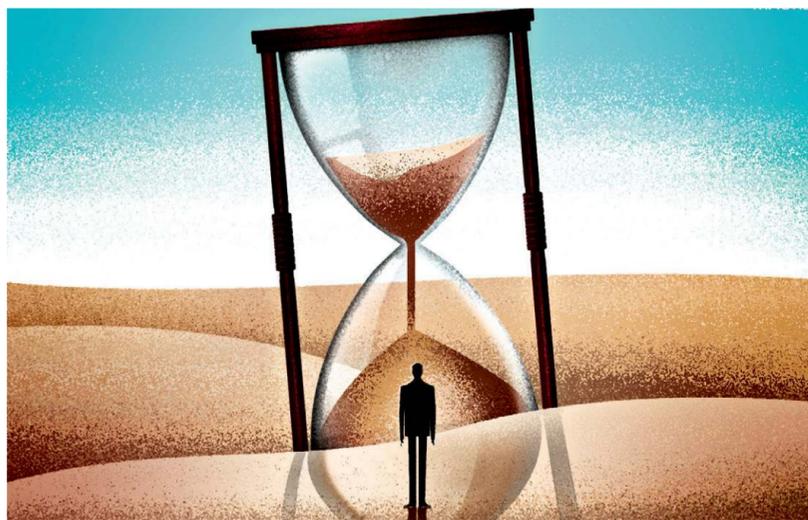
Cruzada

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (foto), segue firme na defesa das bandeiras caras ao bolsonarismo. Sancionou, ontem, a lei estadual que estabelece o programa de escolas cívico-militares na rede de ensino. Nas palavras do governador, essas unidades de ensino são um espaço “onde os pais vão ter um conforto, e a gente possa desenvolver o civismo, cantar o Hino Nacional e fazer com que a disciplina ajude a ser um vetor da melhoria da qualidade de ensino”.

Marco Galvão/AleSp



O tempo corre para a pauta econômica



O relógio está correndo em Brasília, e as pautas que podem trazer dividendos políticos para o governo continuam emperradas no Congresso Nacional. A aprovação da “taxa da blusinha”, termo utilizado para cobrança de imposto ao comércio on-line para compras acima de US\$ 50, é o mais novo item a complicar as negociações. A taxação ingressou como um jabuti na medida provisória que regulamenta o programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), com incentivos à indústria automotiva. A MP precisa ser aprovada nas duas Casas até 31 de maio, senão caduca.

Até aqui cauteloso na discussão sobre a “taxa da blusinha”, o ministro da Fazenda considera que o assunto está “polarizado”. Fernando Haddad defende um “debate técnico”, pois acredita que a questão não pode ser definida por um único ator. A depender das tratativas no Congresso, porém, o ministro pode sofrer uma derrota na busca por ampliar a arrecadação federal.

Após o desfecho sobre as “bugingangas”, há mais pontos a tratar. A Fazenda pretende enviar ainda esta semana o projeto de lei que prevê compensações para a desoneração da folha de pagamento. A equipe econômica diz estar tranquila, pois o benefício fiscal está mantido este ano e só começaria em 2025. Ocorre que há uma eleição municipal no caminho. E parlamentares não estão dispostos a encarar uma disputa eleitoral sem essa garantia para as prefeituras.

E nem vamos falar de reforma tributária...

Caminho para 2026

Escolas cívico-militares, autonomia dos policiais para registrar em vídeo operações de segurança e reajuste de contas para “enxugar” a máquina estatal paulista. De olho em 2026, Tarcísio acumula capital político para se mostrar uma alternativa ao eleitorado bolsonarista, com atributos para atrair eleitores mais moderados.

Precaução

Citados pelo ex-policial militar Ronnie Lessa como possíveis alvos da milícia no Rio de Janeiro à época da morte de Marielle Franco e de Anderson Gomes, os deputados federais do PSol Chico Alencar e Tarcísio Motta vão oficializar nesta terça-feira a Polícia Federal. Os parlamentares requerem informações se já não correm mais quaisquer riscos.

Claquete

O presidente Lula conversou por telefone, ontem, com o cineasta Oliver Stone. O chefe do Planalto agradeceu ao norte-americano pelo documentário *Lula*, exibido na semana passada no Festival de Cannes, na França. Simpatizante da esquerda, Stone já lançou documentários sobre Fidel Castro e Hugo Chávez.

Com Evandro Éboli e Rafaela Gonçalves

SEGURANÇA / Ministério da Justiça deve fixar diretriz para que os equipamentos fiquem ligados de forma contínua, diferentemente da decisão do governador de São Paulo, que permite ao agente interromper a gravação por vontade própria

Normas para câmeras da PM

» LUANA PATRIOLINO

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, assina, na manhã de hoje, a portaria que estabelece as diretrizes nacionais de uso das câmeras corporais para policiais. A expectativa é que a pasta indique que os equipamentos fiquem ligados ininterruptamente — diferentemente da polêmica decisão do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que deu autonomia aos agentes públicos para ligar e desligar o equipamento.

O documento deve uniformizar o uso dessa tecnologia no Brasil, com o objetivo de aumentar a transparência e a proteção dos profissionais de segurança e dos cidadãos. Apesar da recomendação federal, a instalação dos equipamentos, atualmente, não é obrigatória, cabendo a cada estado decidir sobre a norma.

Ontem, a Defensoria Pública de SP encaminhou ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, um pedido de mudança no edital de compra de câmeras corporais para a PM do estado. A coordenadora do núcleo especializado em Direitos Humanos e Cidadania do órgão, Fernanda Balera, quer que os novos equipamentos tenham gravação ininterrupta e que sejam destinados aos batalhões com maior índice de mortes em operações.

Adotadas no Brasil pela primeira vez em Santa Catarina, em 2019, as câmeras foram fundamentais para a resolução de inquéritos. Naquele ano, um homem morreu em um confronto policial no estado. As imagens mostraram que o policial agiu corretamente.

Da mesma forma, o equipamento serve para mostrar erros

da polícia em suas abordagens. Em março, o empresário Fernando Sastre de Andrade Filho dirigia um Porsche a 156,4 km/h quando provocou o acidente que matou um homem e deixou um jovem gravemente ferido, em São Paulo. A câmera registrou que ele foi liberado pelos policiais sem passar pelo teste do bafômetro.

Fagner Dias, especialista em segurança pública e doutor em comportamento e estratégia organizacional pela Universidade de Brasília (UnB) defende o uso das câmeras corporais. Ele diz que, atualmente, há “uma quantidade suficiente de evidências científicas para afirmar que as câmeras corporais têm uma efetividade positiva para reduzir a violência na atividade policial”.

Ele reforça que as câmeras também ajudam nos casos em que o policial pode ser injustamente acusado de abuso. Porém, há um problema, na visão do especialista: a gestão dessas imagens. “Isso precisa ficar muito claro: quem vai ter acesso a essas câmeras? Quem vai fazer a gestão disso?”, indaga.

O presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Adpesp), André Santos Pereira, alerta para o uso malicioso dos registros, que podem se tornar instrumentos de perseguição política e administrativa. “Não se pode partir da falsa premissa de que há excessos em todas as ações policiais. Restrições no acesso e no uso das gravações e garantia de privacidade e segurança dos dados coletados são aspectos fundamentais a serem considerados. Portanto, a implementação de câmeras corporais pode trazer benefícios significativos, desde que seja feita de forma responsável, com o objetivo de promover a transparência e a prestação de contas do trabalho policial”, disse ele, ao **Correio**.

PM-SP/Divulgação



Câmera corporal: Ministério da Justiça vai definir diretrizes para uso do equipamento pelas polícias

Caso Marielle: PF vai ouvir delegado preso

» RENATO SOUZA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou que a Polícia Federal (PF) colha o depoimento do delegado Rivaldo Barbosa, acusado de planejar o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, em 2018. No atentado, no Centro da cidade, também foi morto o motorista Anderson Gomes. O delegado enviou a Moraes um bilhete pedindo “pelo amor de Deus” para ser ouvido.

“Por misericórdia, solicito que V. Exa. faça os investigadores me ouvirem, pelo amor de Deus”,

escreveu o delegado. Barbosa está preso na Penitenciária Federal de Brasília. Alexandre de Moraes deu prazo de cinco dias para que a corporação ouça o delegado. A PF aponta que o delegado teria recebido R\$ 400 mil para obstruir as investigações e dificultar que as autoridades chegassem aos mandantes do crime, os irmãos Chiquinho e Domingos Brazão, que também estão presos.

A oitiva do delegado tinha sido solicitada no mês passado, mas ainda não foi realizada. A defesa de Rivaldo nega que ele tenha participado do planejamento do crime. Em

depoimento à PF, o executor do atentado, Ronnie Lessa, revelou que recebeu uma proposta milionária para assassinar Marielle.

“Sociedade”

De acordo com ele, em troca, seria integrado ao quadro de sócios de um loteamento clandestino na Zona Oeste do Rio, em área contralada por milicianos. “Era muito dinheiro envolvido. Na época, daria mais de 20 milhões de dólares. A gente não está falando de pouco dinheiro. Ninguém recebe uma proposta de receber 10 milhões de dólares

simplesmente para matar uma pessoa”, declarou ele, em vídeo que foi exibido pela TV Globo.

De acordo com Lessa, ele recebeu a proposta dos irmãos Brazão. O acusado não informou quando começaria a ocupação do terreno, mas a vereadora seria um dos entraves políticos para a concretização do plano. “Na verdade, eu não fui contratado para matar Marielle, como um assassino de aluguel. Eu fui chamado para uma sociedade”, completou Lessa. A partir do depoimento de Barbosa, novas diligências podem ser feitas pela PF, caso o ministro Alexandre de Moraes considere necessário.



Há uma quantidade suficiente de evidências científicas para afirmar que as câmeras corporais têm uma efetividade positiva para reduzir a violência na atividade policial”

Fagner Dias,
especialista em
segurança pública